

Há 45 anos que o Congresso funciona



Na mesma data em que se instalava hoje o Congresso, há 45 anos instalava-se no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, a Assembléia Nacional Constituinte, eleita também para ser o primeiro congresso do período constitucional que se seguiria ao regime ditatorial de Getúlio Vargas. Eram 46 senadores e 286 deputados. Os senadores morreram todos. Sobrevivem certamente 13 deputados federais e outros quatro podem ainda estar vivos. Só um deles, porém, continua em atividade, Aluizio Alves, que hoje estará entre os que assumem novo mandato na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Vivos continuam os constituintes Juracy Magalhães e Manuel Novais, da Bahia; Leão Sampaio, do Ceará; João Amazonas, do Rio; Magalhães Pinto e Licurgo Leite Filho, de Minas Gerais; Euzébio Rocha e Jorge Amado, de São Paulo; José Joffilly, da Paraíba; e Aluizio Alves, do Rio Grande do Norte. Os sobreviventes eram quase todos da UDN, com exceção de dois comunistas (Amazonas e Jorge Amado) e dois trabalhistas (Hugo Borghi e Euzébio Rocha). Joffilly era o único pessedista. O levantamento acima foi feito por Aluizio Alves.

Grandes nomes figuraram nos quadros daquela Constituinte e daquele Congresso. Basta citar Getúlio Vargas, Luiz Carlos Prestes, Otávio Mangabeira, Nereu Ramos, Artur Bernardes, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, José Américo de Almeida, Agamenon Magalhães, Etilvino Lins, Souza Costa, Israel Pinheiro, Milton Campos, Juscelino Kubitschek, Flores da Cunha, para se ter idéia da importância política e da qualidade dos homens públicos que a compuseram. Era o brilhante resíduo da geração de 1930 a que se somavam a juventude da geração liberal que então despontava, os comunistas de Prestes e os interventores e beneficiários da ditadura do Estado Novo recauchutados para a democracia.

A Assembléia e o Congresso que se seguiu foram operosos e no comportamento da maioria dos parlamentares havia ainda uma nota de pudor que ajudava a preservar o prestígio de tantos nomes ilustres. Os escândalos foram quase nulos, mas já apontavam para os subsídios e o recurso a privilégios, por exemplo, uso e compra de carros, como fontes de tentação. Muitas legislaturas se seguiram e apesar dos 20 anos de ditadura militar nunca mais se interrompeu o fluxo

da atividade parlamentar, ainda que oprimida e violentada pelos donos do poder. A instituição sobreviveu, mas o fato é que sofreu no seu prestígio e deixou-se afetar nos seus hábitos.

Nesse meio tempo a mudança da capital para Brasília contribuiu para agravar certos males. Juscelino teve que assegurar casa para deputados, senadores e funcionários, e o próprio Congresso, para livrar-se da residência compulsória, atribuiu a seus membros privilégios que não havia antes, como passagens gratuitas e regulares para o Rio de Janeiro, que ainda guardava a principal estrutura da administração federal, e para os estados. Hoje o motivo desapareceu, mas o privilégio consolidou-se. Parlamentares teriam agora dificuldade de se desprendêrem dele, muito embora cortar a ponte aérea gratuita talvez assegurasse mais facilmente o quórum das sessões.

Não há país no mundo que ofereça residência a seus deputados e senadores. Entre nós, houve razão histórica para que isso se fizesse, mas já agora não há por que Câmara e Senado continuem proprietários de centenas de apartamentos para que neles residam seus membros. Quando são insuficientes há a ajuda-moradia, com a qual se pagam hotéis. Ora, há mesmo notícia de que deputados em final de mandato cobram ágio para transferência de escritórios e apartamentos. Se eles cobram é porque há quem pague, por incrível que pareça. A partir de hoje quem perdeu o mandato e não entregou as chaves passa a ser apenas caso de polícia.

Isso, porém, é sinal dos tempos. Persistência de privilégios que nasceram com razão de ser e que hoje sobrevivem como vícios institucionais difíceis de suprimir. Dizem que há um movimento de novos parlamentares para resgatar a sofrida imagem dos congressistas e dos políticos de um modo geral. Claro que irão dar preferência ao funcionamento e às normas de comportamento público das duas Casas. Não seria exagero, no entanto, se se preocupassem com essas questões de copa e de cozinha que tanto afetam aos olhos do público o conceito de quem se torna beneficiário de privilégios desarrazoados. O senador Mauro Benevides e o deputado Ibsen Pinheiro, que conhecem bem as Casas que vão presidir, poderão servir de guia para orientar os jovens reformistas.

Carlos Castello Branco